

A SUBSUNÇÃO DA CIDADE ÀS FORMAS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

José Tanajura Carvalho (UFMG)

zecatana@cedeplar.ufmg.br

Introdução

A história da cidade é o conjunto de memórias e imagens vivas da natureza e do trabalho. Rios, matas, serras e construções (móveis e imóveis) que, na oralidade de versos, prosas e boatos nas esquinas, ruas e praças, pátios e chão de fábrica, formam, por gente do povo, as referências materiais e ficcionais sobre a cidade. Trabalhadores que, no decurso rotineiro do fluxo produtivo e no breve tempo de descanso para um café ou um trago, comentam a severidade da vida entre assuntos de política e futebol. Personagens que, por construir com tijolo, argamassa e suor, acréscimos da história real da cidade, sentem-na como extensão de si próprios, na virtualidade, pois, de a possuírem como sua (PESAVENTO, 2007; HISSA, 2006: 85).

O capital, no entanto, perverte a cidade com artimanhas de promessas e encantos de progresso anunciado na ilusão de mais emprego e mais renda, compondo novas paisagens com soberbos planos e magníficas construções em cimento e vidro. Estilhaça lugares transformando-os em não-lugares, isto é, sem identidade histórica e popular (AUGÉ, 1992: 87). Artificios para reluzir o antigo como formação do novo, expressão em ser moderno o que, de fato, é modernismo, em pós-modernidade no lugar de pós-modernismo, visto permanecer a dimensão da obstinação de cada vez mais impor, na sublimação da propriedade privada, a cidade como mercadoria ou meio de produção. Desse modo, concorre discerni-la quanto as suas propriedades de uso e de troca.

O presente artigo, com três seções e mais esta *Introdução*, objetiva examinar a economia política da cidade na subsunção às formas de acumulação capitalista, destarte, precisa a sua formação enquanto valor de uso e de valor de troca. A primeira seção — *Cidade, valor de uso e valor de troca* — traz ao debate as propriedades extrínsecas e intrínsecas da cidade no modo de produção capitalista, com fulcro na teoria do valor e na crítica à teoria ricardiana sobre a renda da terra, ambas retiradas das obras de Karl Marx. Na segunda seção — *A conquista da cidade pelo capital* —, o artigo discute os traços distintos da cidade nas formas do capitalismo, demarcadas na revolução industrial, no período fordista-keynesiano, e no capitalismo globalizado. Finalmente, nas *Conclusões*, o artigo confronta os apontamentos das seções precedentes.

Cidade e Espaço, valor de uso e valor de troca

A faculdade transformadora da força de trabalho proporciona à cidade algo mais além de ser local de moradia, coleção de casas e construções, por imediato lhe confere a categoria em ser meio de produção de coisas em condições complexas e concretas de uso, na ordem de satisfazer *necessidades humanas*, propriedade particular na determinação de valor de uso (MARX, 1998: p. 57; MARX, 2013). Enquanto arte e técnica, a arquitetura é um dos meios auxiliares do trabalho em problematizar a cidade para trazer-lhe solução na conta de produzir usos. Na arte, a arquitetura faculta o emprego da estética na cidade e, com o conjunto de técnicas, compõe as suas necessidades iminentes.

Tal compreensão poderá se iniciar a partir da concepção da arquitetura proposta pelo Barão Haussmann, destinada à cidade de Paris, nos anos cinquenta a setenta do Século XIX, por ser emblemática e reservar, *in brevi*, a prática da arquitetura em dado momento histórico e de legados paradigmáticos. O projeto haussmanniano procura renovar Paris para torná-la na cidade luz. Entrementes, o empreendimento é, em princípio, conseguiu-la conservadora, no propósito mesmo de estruturar o seu uso como meio material de repressão a manifestações populares (BONAMETTI, 2006; MARICATO, 2013). Todavia, Paris, de tão reluzente que se resulta, segue em ser o estalão de planejamento urbano em diversas tendências e lugares do mundo. Terá sido, por exemplo, a orientação à megalomania nazifascista para a reforma de Berlin, nos anos de 1930-1940, sob a sanha genocida (Entrevista do arquiteto Albert Speer à BBC¹). Também influenciará o traçado de Belo Horizonte e, entremeando idealismo utópico, de Brasília, cidades nas quais a exclusão social é recorrente (MARICATO, 2000).

O construtivismo soviético, diverso à corrente haussmanniana, descortina para a arquitetura o exercício de sua atividade precípua na construção da cidade para usos na sua totalidade, consoante às relações sociais e ao processo produtivo definidos nos pressupostos de uma sociedade igualitária e inovadora² (KOPP, 1974; CUNHA, sd). De fato, o construtivismo soviético leva a cidade para uma nova esfera econômica, social e política, configurando-a na qualidade da pós-modernidade. Visto que, decerto, seus propósitos suplantam a modernidade das relações capitalistas, quer dizer, na expropriação do excedente pelo capital, por outra de produção na perspectiva do bem comum. Todavia, posteriormente em fuga da opressão stalinista, essa prática arquitetônica não consegue evitar a inversão de sua concepção original, que se poderia dizer, social, porquanto se subsume na valorização do utilitarismo e termina por corroborar com a afirmação e ascensão da Escola Bauhaus, que irá

predominar nas tendências de diversas correntes da arquitetura mundial e, em certa medida, como sustentação *objectual* do individualismo no pensamento econômico ortodoxo.

Certamente, não se pode negar a distinção criativa e imponente da proposta bauhasiana e de tantas outras com sua influência, por exemplo: a Nova Escola Bauhaus, em Chicago, Estados Unidos, fundada, em 1937, por industriais desse país; e a arquitetura francesa de pensamento racional-funcionalista, com a proeminência do arquiteto *Le Corbusier*, cujo pensamento sintetiza-se na expressão de que *a casa é uma máquina de morar* (MAIA, 2005; BRASILEIRO e SALLES, 2007; RIBEIRO, 2012). Mesmo porque, a proposta bauhasiana é a arquitetura, a partir do trabalho artesanal na oficina, com valorização de linhas retas combinadas com curvas bem definidas e marcantes, de objetos e ambientes despojados e informais, no lugar do formalismo e do requinte rebuscado do rococó e as tendências próximas a ela, por exemplo, as estéticas anteriores do barroco e gótico, e as subsequentes, do neoclássico e neogótico. Com a predominância do vidro, cores naturais, concreto aparente, e o aço nas construções, as propostas da Bauhaus conduzem à percepção de leveza e integração entre os espaços internos e externos, na intenção mesma de provocar a sensação de liberdade.

Porém, a prática bauhasiana se estabelece na multiplicação do objeto projetado³, e, gradualmente, concilia-se com as grandes empresas (industriais e imobiliárias) e o próprio Estado, orientando-se para o consumo de massa, ou como instrumento de pedagogia-subliminar na alienação das massas populares através do marketing urbano, expresso na arquitetura da *monumentalidade* de construções. A bem dizer, a Escola Bauhaus torna-se complementar — senão seja ela mesma uma das chaves determinantes — no racionalismo do capitalismo moderno, imagético nas práticas do fordismo. Porquanto ela compõe, com o processo de produção industrial fordista, uma forma específica do processo produtivo e de consumo em determinado momento, nos anos trinta do século passado, mas que irá influenciar as relações sociais e de produção do capitalismo decorrente. Em que pese o fordismo arcar com a notoriedade por tudo que nesse período se sucede desde o planejamento da produção à concepção sobre a cidade e seus usos.

No plano econômico, a proposta bauhasiana dispõe, especificamente, elementos para o crescimento da economia de mercado, na medida em que o seu design procura, entre seus objetivos, dar consistência extrínseca aos objetos como valor de uso nos traços de deliberada magnificência aos olhos do sujeito, distanciando-o de sua capacidade em refletir como criador da criatura. Com o sentido mesmo de lhe provocar fantasias e desejos de maximização de consumo, avivado pelas oportunidades de multiplicidade de escolhas, que,

furtivamente, envolvem o sujeito no fetiche do objeto ou mercadoria, fenômeno estudado por MARX e LEFEBVRE, este, em relação ao espaço.

É neste sentido que a proposta bauhasiana se constitui na representação *objectual*⁴ apropriada para consubstanciar a argumentação sobre a *livre escolha (freedom to choose)*, base para o individualismo patrocinado pelo economista Hayek e pelo neoliberalismo atual, ainda que já houvesse sido defendida por economistas desde SMITH. Conquanto outras correntes do pensamento econômico se destaquem na formulação de suas teorias com fundamentos individualistas, embora não o façam manifestadamente. Tais influências, ainda hoje, são paradigmas na abordagem ortodoxa sobre a cidade quanto ao planejamento urbano e regional, gestão de espaços, estudos do arcabouço institucional, planos regionais de cooperação, e, portanto, caberia distinguir os mais influentes formuladores. Uma destas escolas é a institucionalista, proposta pelo economista e sociólogo THORSTEIN VEBLEN, na qual os fenômenos econômicos se originam nas instituições. A outra escola é a liderada por RONALD COASE, para quem o movimento econômico se realiza com o cálculo dos custos de transação. Entretanto, nenhuma destas correntes de pensamento econômico não considera as formas de relações entre o trabalho e o capital, e principalmente as contradições e antagonismos que as permeiam na totalidade.

A gestão da cidade, ao ser definida sob a ótica institucional e de custos de transação, decerto, limita sua perspectiva ao receituário fiscal e de mercado, provocando crises, como sói acontecer nos Estados Unidos, Canadá, Brasil e em diversos outros países. Os impactos de tais interpretações recaem em termos de custos, principalmente, nas classes populares. Mesmo porque, as classes de alta renda e da alta tecnoburocracia possuem acesso ao poder suficientemente para formular benefícios para si provenientes da própria crise, ou se livrar dos desconcertos da cidade dela decorrente. (FREEDMAN, 1988; PAULANI, 1999; DE CRISTOFARO, 2007; CORRÊA e SILVA, 2013).

No Brasil, não são poucos os esforços de arquitetos na tentativa de trazer experiências na perspectiva social em oposição às políticas públicas de usos da cidade estabelecidas no individualismo/funcionalista/institucionalista, com nuances de populismo e coronelício, historicamente adotadas pelo Estado brasileiro. Duas dessas experiências são iniciativas idealistas com envolvimento pessoal de seus patrocinadores, os arquitetos GREGORI WARCHAVCHIK e LÚCIO COSTA, que, com recursos próprios ou de amigos, tentam construir, nos anos 1927 e 1930, conjuntos habitacionais com concepção social

harmônica e justa, entretanto os resultados foram restritos (NOGUEIRA, 2012; CORRÊA e SILVA, op. cit.).

A experiência brasileira inicia-se, numa perspectiva mais abrangente com relação à questão da cidade e seus usos, a partir do I Congresso de Habitação, realizado em São Paulo, em 1931, com a participação de engenheiros e arquitetos, para debater a habitação popular e o controle do solo urbano. Em julho de 1963, o Instituto de Arquitetos do Brasil — IAB e o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado — IPASE realizam, no Hotel Quitandinha, Petrópolis, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana — SHRU. Os principais objetivos do SHRU são: *a avaliação da situação habitacional do país, análise das condições; habitação e o aglomerado humano; medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação*. A importância do SHRU é ter extraído do debate um posicionamento comprometido dos profissionais da arquitetura e engenharia com a sociedade, no sentido da necessidade de reformar as bases que constroem a cidade.

Entretanto, com a instalação da ditadura militar-empresarial, em 1964, a questão do uso da cidade passou a ser definida a partir do governo central, ordenada por duas características principais. A primeira é a financeirização da questão habitacional sob o comando do Banco Nacional de Habitação, canalizando toda a poupança popular para o capital financeiro nacional, com favorecimento a bancos, grupos privados e a construtoras. A segunda característica constitui-se na criação das regiões metropolitanas, através da Lei Complementar nº 14, de 1973, em princípio com o objetivo de solucionar problemas na competência dos municípios das capitais dos estados e de sua vizinhança, que isoladamente não o conseguiriam. Porém, o objetivo é a concentração do poder político das grandes cidades em Brasília, o que, de fato, contribui para a implantação de políticas urbanas desconexas, mas coerentes com o modelo ditatorial, vindo agravar mais ainda os problemas das grandes cidades.

De mais a mais, pode-se dizer que de todas as atividades profissionais, a arquitetura é, certamente, a que mais diretamente foi atingida pelas ações da ditadura militar-empresarial instalada em 1964, por alcançá-la preciso no seu estado da arte. Primeiramente, o modelo econômico de concentração da renda, imposto pela ditadura concomitante ao período de euforia de consumo no capitalismo mundial, estimulou a arquitetura brasileira a deslocar seu potencial gerador de uso com alcance social — nas mínimas confluências do SHRU — para se dedicar a elaboração de projetos de residências das classes da alta tecnoburocracia e dos estratos de alta renda, e de construções para grandes empresas. Em segundo lugar, a

ditadura militar-empresarial promove, no seu decurso, a desorganização sociopolítica generalizada do país com o processo de migração forçada campo-cidade, no lapso de poucos anos, em termos dos mais brutais jamais vistos em qualquer outro lugar do mundo, no sentido de garantir a superexploração do trabalho, e da privação à sociedade dos mínimos direitos de livre expressão e organização. Tal atitude desestrutura a cidade e nega o seu uso pelas classes populares que, expulsa para a periferia ou ocupação de aglomerados nas encostas de morros, por conseguinte gera, nos termos abrangentes da arquitetura, exorbitante precariedade habitacional, de saneamento básico e mobilidade urbana.

No prenúncio do final da ditadura, houve a tentativa e desafio de valorizar o orçamento participativo e os conselhos municipais por algumas prefeituras municipais, iniciando o propósito de uma alternativa para organizar a sociedade em busca do compartilhamento de poder e a construção da democracia direta, que pudesse corroborar na redefinição mesma da cidade. Oportunidade na qual os usos da cidade seriam redesenhados na perspectiva da totalidade social. Entretanto, tal iniciativa assumiu representação desvirtuada, com raras exceções. Em parte, tal verificação se deve pelo fato de que diante de ganhos populares estabelecidos na Constituição de 1988, as hesitações das elites fazem-na alinhar-se em manifestações contraditórias a sua ideologia burguesa e se posicionam favoráveis ao orçamento participativo. A esquerda, por seu turno, não compreendeu ou não quis compreender o alcance político que o significado do orçamento participativo em termos de tornar a cidade objetivamente nova e social. De fato, verifica-se que os discursos tanto da esquerda como da direita metamorfosearam-se numa simbiose de termos e expressões, que se torna custoso estabelecer o que é um e o que é o outro (ARANTES: 2000: 9 e 18).

Visto na representação geral, o que se pode apurar é o fato da cidade não responder às expectativas populares de usos destinados à construção de bem viver⁵, como ENGELS já havia salientado em dois dos seus trabalhos. Na sua obra, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2008: 68 e 298), ele especifica a cidade como um lugar de homens aturdidos pelo desemprego, pela exclusão social e racial, pela droga, pela prostituição e pela fome, sujeitado-se ao submundo pelo capital avassalador e incentivador à idolatria do luxo. No outro trabalho, *A questão da habitação* (1979: 10 e 23), ENGELS discorre sobre a habitação no início da revolução industrial, no qual percorre os problemas de insalubridade, alugueis elevados, critica a proposta idealista de PROUDHON e os programas de casas populares as quais classifica como sendo uma solução burguesa.

Tal constatação não é de um determinado momento ou de uma cidade, mas um fenômeno histórico do sistema capitalista, que o espalhamento da informação através da Internet, nos dias atuais, fá-la aflorar e, por conseguinte, acelerar o aguçamento das contradições que, em muitos casos, encontram-se no ponto de saturação⁶. Quer dizer, a cidade não consegue se reproduzir como produtora de uso na totalidade esperada pela sociedade, mais precisamente, na produção de valor-de-uso objetivado no interesse geral. Então, por que tal fato se verifica?

Guardada a afirmação de que não há neutralidade na produção de usos pela cidade diante da heteronomia do Estado à dominância do capital (KOHAN, 2001; DAGNINO, 2008), o debate da economia política sobre ela transpassa para a relação de troca que desvela *como os valores de uso constituem o conteúdo da riqueza*, então salientado por MARX, nas primeiras páginas de *O Capital*. Neste caminho será possível compreender a real papel da cidade no modo de produção capitalista.

A questão da cidade, como categoria econômica, recebe a atenção crítica somente há bem pouco. MARX, por exemplo, aborda a cidade em passagem tangencial quando trata da questão da propriedade privada no seu livro *Formações econômicas pré-capitalistas — FORMEN* (1977: 120). HOBBSAWM⁷, na introdução desse livro, chama a atenção sobre os fatos das teorias weberianas⁸, formuladas em relação às sociedades orientais relacionadas à cidade⁹, terem sido antecipadas por MARX. HOBBSAWM chega a afirmar textualmente que, com certeza, a questão das cidades foi analisada por MARX com maior proveniência se se comparar os dois textos, isto é, o das FORMEN de MARX e o do *Conceito e Categorias da Cidade* de WEBER. Ao fazê-lo, conclui HOBBSAWM, a análise marxista se apresenta, inegavelmente, mais apurada, rica em circunstâncias específicas, pois enquanto trata de encontrar ali o germe do sistema capitalista, a propriedade privada, sua preocupação incessante, subsidia a compreensão do uso da cidade.

Em outro contexto, o trabalho de MARX sobre a teoria da renda da terra formalizada por RICARDO (1978), pode ser disposto na crítica sobre a cidade e seus usos. RICARDO, com apego no idealismo particularista de HEGEL (1997) e fundamentos assertivos de MALTHUS, afirma que a taxa de lucro se estabelece na correspondência com a renda da terra que, por sua vez, é determinada por diferentes qualidades de fertilidade. Isto é, para RICARDO o preço regulador da produção no mercado decorre da terra de menor produtividade, proporcionando um excedente como sobrelucro ao proprietário de terras mais férteis. Entretanto, a procura por terra de menor produtividade aumentará a necessidade de

mais trabalhadores proporcionando a elevação dos salários, que ocasionará a diminuição de renda do proprietário fundiário.

MARX concorda em parte com RICARDO, porém afirma que, de fato, a renda da terra, que se origina do regime jurídico de propriedade fundiária, proporciona ao proprietário uma renda absoluta que varia em função da fertilidade da terra. Como também avalia que o investimento na terra, com maior incorporação de tecnologia, aumentará o excedente, e não necessariamente o salário, na medida em que a tendência será elevar o capital constante e diminuir o capital variável em termos relativos. MARX, nesse ponto, distingue a renda da terra absoluta, ou aluguel da propriedade, no sentido de não ser considerada como lucro, pois se constitui em valia por seus atributos naturais que não sofrem alterações no processo produtivo, sendo, à vista disto, o seu custeio ou aluguel, ou renda, retirado do excedente ou mais-valia gerada no processo normal de produção. Estarão aí incluídos os investimentos incorporados à terra, por exemplo, em infraestrutura básica de exploração, por exemplo, a disponibilização de energia elétrica, comunicação, drenagem, etc. que não são objetivados como geradores de acréscimos de excedente na reprodução do capital, na medida em que passam, efetivamente, a fazer parte da terra, portanto, compondo a renda de aluguel auferida pelo capitalista fundiário. Quanto àqueles investimentos não incorporados à terra — por exemplo, um trator, um arado, ou um animal de carga — irão compor o capital constante que, com o capital variável, faz parte da composição orgânica do capital (LENZ, 2008). Como capital constante, tais investimentos não são capazes, por seu turno, de gerar excedentes, pelo fato de entrarem no processo produtivo como meio de produção cujo custo de substituição, ou de depreciação, soma-se ao preço de produção que retorna ao capitalista assim com entrou. Com relação ao capital variável, pelo contrário, este gera excedente ou mais-valia, na medida em que, como observa MARX (1998, Livro 1, Vol. 1, p. 207 e Livro 3, Vol. 6, p 863), o salário pago corresponde ao custo de reprodução da força de trabalho gasta no processo produtivo, ou seja, uma fração do valor acrescido na transformação de uma mercadoria em outra de uso diferenciado. A outra fração corresponde à mais-valia, então, expropriada pelo capitalista.

A crítica marxiana à teoria da renda da terra em RICARDO, tomada na extensão da cidade, significa que haverá não apenas o valor extrínseco de uso do espaço em função de sua *fertilidade*, por exemplo, quanto à localização, à topografia, etc., que poderá ser objeto de renda de aluguel. Mas, também o espaço terá valor intrínseco, na medida em que se empregar a força de trabalho, por exemplo, na construção de um edifício de apartamentos, ou um

equipamento público qualquer, no sentido de transformar o seu uso em outro extrinsecamente diverso, com o qual se obtém um valor adicional. Este valor adicional é criado pela força de trabalho e se compreende, ao final do ciclo produtivo e realização no mercado, no salário do trabalhador e no lucro do capitalista. Caso o espaço não proporcione o emprego de força de trabalho, na medida em que não ofereça possibilidade de realização no mercado ou mesmo de dar origem a rendas de aluguel, o seu preço será meramente fortuito, determinado pela expectativa especulativa. Entretanto, a construção, por exemplo, de uma estrada¹⁰ dando acesso ao espaço ou região, determinará o seu valor, favorecendo acréscimo de riqueza ao capitalista fundiário, seja como a expropriação na forma de mais-valia, se houver realização do espaço como uma nova mercadoria, ou como renda no caso de ser destinado a aluguel. Em consonância com a teoria da taxa de lucro proposta por Marx, verifica-se que, caso ocorra de o preço do espaço se encontrar acima do preço de mercado, certamente, será por circunstâncias anômalas nessa instância, em função de interesses especulativos de qualquer ordem, fazendo elevar o preço do espaço a ser transacionado acima do seu valor efetivo, proporcionando ao capitalista obter sobrelucros. Mas a tendência é o lucro do capitalista voltar à taxa média de lucro observada no mercado. Visto que, tão logo os demais capitalistas percebam a abertura de se aproveitar das situações de anormalidades tenderão a dirigir seus investimentos para o mercado de imóveis (PAULANI, 2012; CARCANHOLO, 1982).

Cabe ainda observar que se os investimentos são canalizados em função da maior taxa de lucro possível, a renda de aluguel, geralmente fixada próxima à taxa de depreciação do espaço ou a sua manutenção, é uma opção de preferência secundária do capitalista sendo restrita a circunstâncias passageiras e a especificidade de um ou outro capitalista individual¹¹. Haja vista que novas formas de renda de aluguel estejam sendo introduzidas como, por exemplo, os contratos em shopping centers ou aluguéis com base em percentual do faturamento ou lucro do comerciante, porém neste caso as relações têm clara conotação de práticas societárias, apenas alterando a percepção do investimento no espaço, que passa a ter a configuração de capital constante. Estas situações confirmam a percepção da cidade como meio de produção de espaços na forma mercantil, categorias asseguradas como tal nas formalidades da propriedade privada e na objetividade da acumulação do capital. Em outras palavras é dizer, que o espaço é, pois, uma mercadoria, com todas as características mercantis exigidas para reprodução do capital. Enquanto a cidade é o seu lócus de produção e realização, meio para expropriação da mais-valia produzida pelo trabalho (MARX, 1998; SANTOS, 1982).

É ainda notável que o capital, não satisfeito com o desempenho da cidade no âmbito da produção, determina-lhe o papel de instrumento de coerção social através da demarcação diferenciada na ocupação dos seus espaços, consoante à clivagem de classes. Na medida em que o trabalhador, levado a comparar a si próprio com a sua vizinhança, estabelece suas precariedades de vida e de trabalho como diversidades que lhes são naturais, senão um *desígnio sobrenatural* (MARX e ENGELS, 1998; LOJKINE; 1981).

A conquista da cidade pelo capital

O capitalismo, anteriormente disposto no campo, encontra na cidade as condições ideais para a expansão da indústria. As guildas já se apresentavam estruturalmente organizadas para a produção em escala crescente e para a introdução da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista. Os servos, fugitivos da vida de exploração no campo, constituíam-se em mão-de-obra livre e barata, um agrupamento embrionário ao que Marx, posteriormente, categoriza como exército industrial de reserva. A circulação das mercadorias é facilitada pelo acesso ao mercado. Inicia-se, então, a conquista da cidade pelo capital, transformando-a no locus para a sua reprodução, e a situa, nos idos da revolução industrial, na aglomeração de moradias de trabalhadores ao redor de grandes unidades fabris (HOBSBAWM, 2002).

A linha de montagem, empreendida por HENRY FORD em 1914, torna possível o dinamismo tecnológico, com o controle da produção e ritmo do trabalho, generalização do processo produtivo, homogeneização do trabalhador e sua conseqüente coletivização e desqualificação. A nova forma de produção constitui-se na integração vertical da produção voltada para o consumo em massa com a contribuição do design bauhasiano — como se defende neste artigo — de profundas transformações na cidade: possibilidade de novas atividades na economia; ampliação do poder da indústria para além das margens das estradas de ferro; e consolida grandes aglomerados financeiros. A mobilidade com o automóvel faculta ao trabalhador ter a moradia distante das fábricas, integrando e ampliando o exército industrial de reserva (BRAVERMAN, 1974: 327). Com a intervenção do Estado na economia, sugerida por KEYNES, após a crise de 1929, e no esforço de produção voltada para a guerra, a cidade completa o domínio sobre o campo e o espaço se especializa. Na era fordista-keynesiana, o mundo capitalista vive a sua idade de ouro (CLARKE, 1991). No dizer de LEFEBVRE, a cidade *implode e explode* (LEFEBVRE, 1999).

No decurso do capitalismo fordista-keynesiano, a cidade rompe a sua dimensão intraurbana para se converter também à dimensão *interurbana* na extensão geográfica mesma

de um arquipélago de cidades: uma cidade é para o trabalho, outra é o lugar de moradia. Nessas dimensões, *intraurbana* e *interurbana*, a ordem estrutural da cidade tolhe a liberdade do indivíduo pelo consumo de objetos inovadores, mas preserva, ainda assim, lapsos suficientes para aflorar a natureza objetiva das classes sociais. Na vida do trabalho e nos encontros fortuitos do cotidiano, mas constantes na cidade do trabalho e na rotina material da sobrevivência na cidade de moradia, é possível a circulação, através da oralidade e do simbólico, de informações sobre as contradições orgânicas do sistema com a provocação da identidade social entre sujeitos e a sua sequente participação ativa na política. Isto é, na cidade fordista, persistem condições concretas para a práxis em direção à compreensão do *direito à cidade* e, por conseguinte, contestá-la como *cidade do capital* (LEFEBVRE, 1991; KOSIK, 1995: 62; DUARTE, 2012). Em tal entendimento, protagonizado na contemporaneidade de avanços econômicos do socialismo real soviético, há lugar, no pós-guerra, para lutas sociais com a instalação do estado de bem estar social nos países do bloco hegemônico.

Entrementes, a correspondência cíclica do capital o expõe a persistentes quedas na taxa de lucro a partir dos anos setenta do século passado, provocando a necessidade de realinhar a organização da produção e de novas formas de expropriação da mais-valia. O capital, em ambiente de declínio, tem se mostrado desenvolvido e inovador, e, a despeito de suas ações aguçarem as próprias contradições internas, não hesita em contrapor novas formas de acumulação. Destarte, no decurso da crise de 1970, promove, com o suporte de novas tecnologias no transporte de conhecimento e informação, a desregulamentação e reestruturação da economia. Desta forma, consegue elevar o patamar de produção de mercadorias e das transações comerciais no âmbito mundial, uma nova onda de atividades capitalísticas e a afirmação do mercado como determinante na relação trabalho/capital, o que faz crescer a produtividade da força de trabalho. A economia se configura na forma globalizada com fundamento neoliberal (CASTELLS e HALL, 1994: 29).

Na nova ordem, o Estado fica restrito às condições essenciais de reprodução do capital: promoção da justiça, segurança, políticas macroeconômicas, informação, exercício da legalidade e da força. A cidade, objetivamente, trata de atender as necessidades e normas da economia neoliberal, e se constitui na base de serviços em atividades financeiras, centros de invenção e inovação tecnológica, e reestruturação industrial. O urbano e o campo se convergem sob um mesmo estofado de relações sociais, com a redefinição de nova divisão social do trabalho (OSEKI, 1974; MONTE-MOR, 1997 e 2006: 185; ARANTES, 1998).

A reestruturação da cidade acentua as conjunções propícias aos interesses das elites, materializados na fragmentação e *gentrificação*¹² dos espaços urbanos, com a projeção e institucionalização de um vetor estruturante sobre o arquipélago de cidades reproduzido anteriormente na forma fordista de acumulação. Neste feito, o Estado estabelece leis coercitivas à cidade e a projeta no ditame neoliberal. Tal que o arranjo de cidades, quer dizer mesmo a cidade única numa conjunção conurbada, possa a ser reprocessada com equipamentos exclusivos para atender a lógica globalizada de reprodução do capital. Quais sejam áreas revitalizadas e a criação de espaços em sítios conformados no estranhamento à não-elite, no tempo em que as classes populares são deslocadas para áreas distintas da cidade com tratamento depreciativo na forma de morar.

A cidade se conforma, então, na dimensão de *metaespaço*, na qual as relações sociais se parametrizam no encontro tangencial entre indivíduos da *centralidade alegórica*. Espaços com os quais a cidade é reinventada na perspectiva *for business*, ou seja, alterada em máquina de produzir dinheiro, aumentar a renda agregada, concentrar mais riqueza. Ela se projeta, através desses espaços, engrenagens para os negócios, com o mercado de empreendedorismo cultural — culturalismo de mercado da cidade espetáculo — e nas exigências da produção flexível. Enfim, a cidade que se *comunica com o mundo*.

A cidade não mais apresenta centralidade na acepção do encontro e origem da oralidade, histórica, cultural e política local. O poder do capital a evita neste traço por assim provocar, ainda que minimamente, a oportunidade à reflexão e participação ativa do sujeito como classe. Por conseguinte, as centralidades não são mais ambiente de mobilização política, mas, redefinidas, assumem a especificidade apropriada às relações materiais do mercado, palcos impulsivos de consumo, realização de fantasias. A cidade se afirma, por conseguinte, paradoxalmente, isto é, enquanto negação de si mesma. Ela é única na congruidade do território indiviso, enquanto, na concomitância, é múltipla ao se fazer em vários espaços, no propósito mesmo de fragmentar a reprodução do sujeito, enquanto individualidade e ser social. O urbano e o rural das cidades do arquipélago se fundem no *metaespaço*, engendrado na relação social da acumulação capitalista. Mas, contraditoriamente, acolhem-se no micro mundo da oferta e demanda do mercado representado na *centralidade alegórica*.

O sujeito se reproduz no paradoxo. Ele tem a cidade como referência de seu panorama social, porém se fragmenta na cotidianidade: em um espaço ele dorme; noutro, trabalha; em outro, estuda; ainda em outro se diverte; num outro se abastece; noutro cuida de sua saúde, em outro tem suas paixões, etc. Em múltiplos espaços, a sua vida se sujeita a

pedaços em vários tempos. Tal que espaço e tempo se compreendem por um novo espaço-tempo. Decerto, um espaço-tempo que não se alinha às coordenadas do espaço, e à modalidade física, biológica, psicológica, histórica, social, e do tempo, portanto, explícito na fugacidade do presente, que será passado e já foi futuro. Mas o espaço-tempo determinante da dimensão cotidiana do sujeito para apropriá-la à realização de mercadorias no ciclo de reprodução do capital. Quer dizer, o espaço-tempo é a duração, é o instante, é o permanente do consumo de mercadorias feitas em *nichos* de mercado: transportes e meios de comunicação, estradas, televisões, celulares, tablet, internets, novos sabores de alimentos e as formas de vestir e outras tantas e diversas (VÉRAS, 2001; Dicionário de Física. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1980).

Uma dimensão fractal que, deveras, é a própria cidade na sua totalidade, cujos espaços recebem orientação do Estado quanto à exclusão social segundo a ordenação daqueles destinados aos chamados ricos, e outros a serem considerados — no palavrear tecnoburocrático-neoliberal — como meramente *pobres* (sic). Nos espaços dos ricos, verificam-se os investimentos públicos em obras de museus, centros culturais, universidades, infraestrutura para cafés, restaurantes e livrarias. Tais espaços são prioritários para investimentos públicos e privados, em condomínios fechados, shoppings, hotéis, revitalização de centros decadentes — desertificados pela concorrência dos *meetings points* da *centralidade alegórica* — em sofisticados ambientes de luxo e riqueza. Ali, as ruas são bem tratadas e limpas, policiadas por gentis policiais. O Estado se prontifica em intermediar os conflitos de interesse entre os capitais individuais.

Nos espaços dos *pobres*, os investimentos — oportunidades de lucros e rendas para bancos, construtoras e especuladores fundiários — são em conjuntos habitacionais, conquanto se procure mais em dissimular o visual panorâmico do precário urbano, e menos na conformidade de vida das pessoas que os habitam. É para onde também se destinam os equipamentos públicos e privados emissores de poluição e outros indesejáveis por serem prejudiciais à especulação imobiliária (indústrias poluidoras e de baixa tecnologia, usinas e aterros para lixo, estações de tratamento de esgoto, cemitérios, penitenciárias, etc.). Nesses aglomerados, a presença policial é ostensiva e o sujeito, indistintamente, é visto como potencial malfeitor, justificativa para a repressão violenta à eventual participação política.

Aqui também a *centralidade alegórica* é diversa na distinção das mercadorias se para ricos ou para *pobres*, que se estratificam por sua qualidade, durabilidade e preço. Os produtos para ricos são definidos pelas grifes, e desejados como verdadeiros ícones,

independentemente de preço. Para os *pobres*, os produtos reproduzem precariamente o design das grifes e marcas destinadas aos ricos, enquanto a qualidade é inferior. A remarcação de preços desses produtos é feita em termos absolutos abaixo daqueles oferecidos para as classes de alta renda¹³, segundo a lógica da acumulação do capital. Isto é, o propósito é diminuir o preço desses produtos para cair o preço na reprodução da força de trabalho que influenciará, com menor salário absoluto pago ao trabalhador, na redução de custo do processo produtivo e, conseqüentemente, elevará o excedente a ser expropriado. Os artificios, nesse sentido, são diversos. Os alimentos destinados às classes populares, por exemplo, tendem priorizar o aspecto quantitativo da alimentação com elevados índices de carboidratos e gorduras polinsaturadas, tornando os *pobres*, caso haja distribuição de renda ainda que relativa, vulneráveis à obesidade e comorbidade prognóstica (BARBIERI, 2012; FERREIRA et al., 2010). Na construção civil, o exemplo mais notório é a produção e venda de produtos com base no amianto e no amianto branco, cuja matéria prima é o asbesto ou a crisotila, proibidos em 66 países, por causarem mesotelioma, câncer agressivo e dos mais letais e dolorosos. Entretanto o uso desses produtos é permitido no Brasil, embora sejam raramente utilizados em construções de luxo, sendo mais frequentes em construções populares, contudo sem uma campanha promovida pelo Estado de esclarecimento sobre os seus malefícios.

Como se vê, a cidade como produtora de valores de usos e valores de troca atende às imposições do capital no desenho de seus produtos adaptados às representações do mercado, como faz por criá-los para mais de o sujeito percebê-los como coisa concreta, mas, sim, envolta em símbolos nos quais a percepção das relações sociais é substituída pela satisfação do consumir. Destarte, a sua mercadoria mais nobre, o espaço, recebe a determinação de plasmar o sujeito às diferentes formas da acumulação capitalista, realidade percebida por Lefebvre e que aqui se dá extensão um pouco diferenciada.

As transformações na cidade, protagonizada pela forma keynesiano-fordista, fazem crescer a demanda por imóveis e estabelecem o espaço subordinado à especulação imobiliária para ser vendido como uma mercadoria qualquer. O espaço, no entanto, reveste-se da sintomática de criar, no indivíduo, a ilusão de propriedade privada, isto é, em ter a casa própria como forma de garantir a sua *segurança* (sic) e de sua família e, assim, fazê-lo participar do sistema como proprietário, subsumindo-o ao *fetichismo da satisfação* (LEFEBVRE, 1991: 146).

Na cidade globalizada, o espaço assume uma nova forma de fetiche como objeto de consumo. O *fetichismo da satisfação*, que já suplantara o sentido da moradia como

proteção de intempéries e convívio com a família e vizinhos, acentua-se em outro patamar. Visto que o espaço amplia sua expressão em valor de uso como garantia de segurança, para sê-lo na condição de status, conquista social, afirmação do *eu* frente ao *outro*, símbolo de vitória do indivíduo no mundo a ser dominado pela concorrência. Condições que levam a transformações qualitativas nas relações do sujeito com o espaço, entre criador e criatura, na medida em que, anteriormente proprietário, submete-se em ser dele propriedade, ou seja, o criador é proprietário, mas, resignadamente, consente em ser propriedade da criatura. O indivíduo é proprietário do espaço, o espaço é proprietário do indivíduo. A infusão transformadora — consubstanciação entre sujeito e espaço — tem a sua ocorrência extraordinária nas forças de mercado. O espaço assume a dimensão, quantidade, qualidade, e acessibilidade como mercadoria determinativa de ascensão social. O indivíduo aceita a forma de atuação massificada, nos trejeitos corporais, no vestir, na alimentação, na relação com a família e com o outro, na valorização do luxo e do supérfluo. O sujeito é o indivíduo voltado para o desejo ilimitado de consumir — *maximizar o consumo* — mesmo sob o peso de endividamentos extraordinários, com estímulos do mercado financeiro, que, levado pelo temor de seus executivos em se tornarem *losers*, engalfinha-se por taxas de juros cada vez mais altas, conquanto não se saiba como a conta será paga. Escamoteia-se, assim, o direito à cidade e reforça, no espaço globalizado, o que se aplica na extensão da formulação de LEFEBVRE como sendo *fetichismo do espaço*. Um transtorno concludente, *mutatis mutandis*, para o sujeito proprietário de uma cobertura na zona sul, ou para quem *consegue* uma casinha popular na periferia da cidade neoliberal. (LEFEBVRE, 1991; MONTE-MOR, 1997; ARANTES, 2000).

Conclusões

O moderno e o pós-moderno distinguem historicamente as cidades. O moderno é a cidade elevar a produtividade do trabalho para aumentar a produção do excedente expropriado pelo capital. O pós-moderno é quebrar esta relação de exploração do trabalho pelo capital, é, pois, liberar a cidade, na sua totalidade, para a produção de usos sem a subsunção ao capital. Todavia, como se vê nos apontamentos acima, o capital soube apossar-se das vicissitudes da cidade ao revirar a sua história e lhe negar a pós-modernidade, impondo o pós-modernismo caracterizado pela obseção ao consumo, lucro e renda.

A cidade se configura, então, na criação do espaço como mercadoria na imagem e semelhança das condições vigentes e impostas pelo sistema do capital. Seja nos seus objetivos primeiros, a reprodução do capital, realizado na reafirmação da cidade em real meio de

produção. Seja ainda na demarcação da ocupação do espaço urbano consoante à clivagem de classes, no sentido mesmo de manter a precariedade como uma característica peculiar do sujeito pertencente às classes populares, que, ao se comparar com o outro da sua vizinhança, passa a estabelecer as suas condições como uma diversidade natural da sua classe. Ainda que possa ter os seus espaços como realização particular de fetiche na afirmação da alienação do sujeito.

Como se depreende, a cidade, no modo de produção capitalista, é caracterizada segundo as formas de acumulação do capital. Entretanto essa distinção não ocorre linearmente, pois esse processo deve atender os saltos qualitativos subordinados à evolução quantitativa do processo histórico, e, evidentemente as formas locais das relações sociais. Inicialmente, está intimamente ligada a apenas um capital individual, uma unidade fabril, em seguida ela se especializa nos determinismos fordistas e do consumo de massa desenhado pela Escola Bauhasiana. A terceira forma é a cidade na totalização de múltiplas cidades, o *metaespaço*, sítio para realização de negócios e realizar fantasias, compondo-se, enfim, na *centralidade alegórica*. Contudo, ela é fractal nos espaços para ricos e para *pobres* (sic).

De fato, as cidades, sob o capital, tendem a se tornar semelhantes quanto aos seus propósitos de favorecimento às classes ricas e empresas, detentoras de artifícios de controle do poder nas diversas esferas, quanto à produção de valor de troca, enquanto caminha para se tornar incapaz de reproduzir valor de uso objetivando atender as necessidades das classes populares. Porém, este é tema para outro artigo.

Bibliografia

- AUGÉ, Marc; Não-Lugares, Uma Introdução a uma antropologia da supermodernidade, Papyrus, São Paulo, 1992
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori, Uma Estratégia Fatal, in Otília Arantes et alli, A Cidade do Pensamento Único, Editora Vozes, Petrópolis, 2000
- BARBIERI, Aline Fabiane e MELLO, Rosângela Aparecida. As causas da obesidade: uma análise sob a perspectiva materialista histórica; Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 10, n. 1, p. 133-153, jan./abr. 2012.
- BONAMETTI, João Henrique, Arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira, R. cient./FAP, Curitiba, v.1, p., jan./dez. 2006
- BRAVERMAN, Harry, Trabalho e Capital Monopolista, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1987

- CARCANHOLO, Reinaldo A.; Valor e preço de produção, (A transformação dos valores em preços de produção), UFES, Vitória, 1982
- CASTELLS, Manuel, A questão urbana, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983
- CASTELLS, M. e HALL, P. Technopoles of the world. London: Routledge, 1994
- CORRÊA, M.; SILVA, C. Os objetos e os seus usos. In: *Cultura Visual*, n. 19, julho/2013, Salvador: EDUFBA, p. 11-26.
- CUNHA, Gabriel Rodrigues A Arquitetura Russa nos Primeiros anos da Revolução: o Construtivismo e a noção de condensador social. Programa de Pós-graduação em Teoria e História de Arquitetura — USP; São Carlos, sd
- DAMIANI, Amélia Luisa, Seabra, Odette Carvalho de Lima; Henri Lefebvre e o Movimento do que está em Formação, Revista Geográfica & Ensino, Belo Horizonte, ano 8, n. 1, 2002
- DAGNINO, Renato. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. um debate sobre a tecnociência, Campinas: Unicamp, 2008.
- ENGELS, Friedrich, A questão da habitação. Aldeia Global, 1979
- ENGELS, Friedrich; A situação da classe trabalhadora na Inglaterra; Boitempo Editorial; São Paulo, 2008
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade; Ed. Abril; São Paulo, 1984
- FERREIRA, Vanessa Alves et al., Desigualdade, pobreza e obesidade; Ciência & Saúde Coletiva, 15(Supl. 1):1423-1432, 2010
- GALBRAITH, John Kenneth (1973). A economia e o interesse público. São Paulo: Editora Pioneira, 1988.
- GONTIJO e OLIVEIRA, Subprime: Os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os seus efeitos da crise sobre o Brasil. CORECON — MG, Belo Horizonte, 2009
- HARLEY, David, Condição Pós-moderna, Loyola, São Paulo, 1989
- HEGEL, Georg W. F. Fenomenologia do Espírito, Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo, 1997
- HOBBSAWM, Eric. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002
- KOHAN, Néstor Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista. Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, Publicado em La Izquierda debate. Buenos Aires, 2001
- KOPP, Anatole. *Arquitetura e urbanismo soviéticos de los años veinte*. Barcelona: Lúmen, 1974.
- LEFEBVRE, Henri, O Direito à Cidade, São Paulo, Moraes, 1991

- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFGM, 1999
- LEFEBVRE, Henri. A Cidade do Capital, DP&A, São Paulo 2001
- LENZ, M. H. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política - SEP, 2008, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008.
- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a questão urbana, Martins Fontes; São Paulo, 1981
- MAIA, Ernani, A nova máquina de morar: um hardware de morar? Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie para obtenção parcial do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Carlos Egídio Alonso; São Paulo 2005
- MARICATO, Ermínia, As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias, in Otilia Arantes et alli, A Cidade do Pensamento Único, Editora Vozes, Petrópolis, 2000
- MARICATO, Ermínia, É a questão urbana, estúpido! In Cidades Rebeldes, Vainer, Carlos, et alia, Boitempo Editorial, São Paulo, 2013
- MARX, K e Engels, F. O Manifesto do Partido Comunista, in O Manifesto Comunista, 150 anos depois, org. Coutinho, Carlos Nelson, 1997
- MARX, K. e Engels, F., A Ideologia Alemã, Martins Fontes, 1998
- MARX, K. Manuscritos Econômicos-Filosóficos, Martin Claret, São Paulo, 2004
- MARX, K. O Capital, Livro 1, Volume 1, Civilização Brasileira, 1998
- MARX, K. Para a Crítica da Economia Política do Capital, Abril, São Paulo, 1999
- MÉSZÁROS, István, A Teoria da Alienação em Marx, Boitempo, São Paulo, 2006
- MONTE-MÓR, Roberto Luís, - Belo Horizonte, Capital de Minas Século XXI, Varia História, Belo Horizonte, 1997
- MONTE-MÓR, Roberto Luís, As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. Seminário "Planejamento Urbano no Brasil: trajetórias e perspectivas", realizado em Belo Horizonte, em 2006
- NOGUEIRA, Aida Pompeo. Projeto moderno e cidade real: habitação social no Brasil dos anos 30; Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo; Campinas, 2012
- OSEKI, Jorge Hajme, O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço, in Martins, José de Souza, Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética, Hucitec, São Paulo, 1996

- PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA – Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Anais... 2012.
- PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo Economia e Sociedade, Campinas, (13): 115-122 127, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Orgs.). Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007
- PEREIRA, Stefanie Berenischot, A Importância da Centralidade Urbana para a Mobilização Social, sd
- RICARDO, David. Ensaio acerca da influência de um baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. IN: Napoleoni, Claudio. Smith, Ricardo e Marx; considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- SOUZA, Eneida Maria, Apresentação, in Modernidades Tardias, UFMG, 1998
- SOUZA, Imagens da Modernidade, in Modernidades Tardias, UFMG, 1998
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Tempo e espaço na metrópole breves reflexões sobre assincronias urbanas; São Paulo em Perspectiva, Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC- São Paulo, 2001
- WEBER, Max – Economia y Sociedad (Concepto y Categorías de la Ciudad), Fondo de Cultura Económica, México, 1997

¹ *Albert Speer: The Nazi who said Sorry* (duas hora e quarenta minutos de duração), site visitado em junho de 2014: www.bbc.co.uk.

² O construtivismo soviético surge, logo após a Revolução de outubro de 1917, com a liderança de VLADIMIR TATLIN, ALEXANDER RODCHENCO, EL LISSITZKY, NAUM GABO, entre outros.

³ Em visita à Casa de Canoas de Oscar Niemeyer, o fundador da Bauhaus, Walter Gropius, disse ao arquiteto brasileiro: *Sua casa é bonita, mas não é multiplicável*. Posteriormente Niemeyer comentou: *Como alguém pode falar tanta burrice com ar de seriedade? Como pode ser multiplicável uma casa que se adapta tão bem ao terreno?* Gropius, que defendia o funcionalismo e se opunha ao individualismo, não poderia imaginar que a sua escola se tornasse, mais tarde, um dos elementos de sustentação da economia individualista. (Dw Notícias; <http://www.dw.de>; site visitado em setembro de 2014)

⁴ Entende-se, aqui, por *representação objectual* como sendo o complexo associativo das mais diversas representações visuais, acústicas, tácteis e sinestésicas.

⁵ Trata-se da transformação do Estado ao encontro das necessidades materiais e político-sociais ao bem viver (Constituição da República del Ecuador — Constituciones de 2008).

⁶ As manifestações populares de junho de 2013, vale dizer, são decorrentes da efetiva cobrança das classes populares na solução dos problemas de uso da cidade (Maricato, 2013)

⁷ Nota de Referência n.º. 4, da Introdução ao *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*.

⁸ No seu principal artigo sobre as cidades publicado na sua obra *Economia Y Sociedad* (1997), WEBER procura, no tipo ideal, a conceituação e caracterização das cidades. Esse autor discorre a formação de diversas cidades, indo da Europa Ocidental ao extremo Oriente, assinalando-as segundo as suas razões no mercado e na administração. Entretanto, não detalha — não esmiúça — a questão das relações sociais que ali se verificam. O que, de certa forma, deixa no ar o próprio conceito e caracterização da cidade, propósito do seu trabalho e expresso na respectiva apresentação.

⁹ Hobsbawm cita também questões relacionadas à religião e ao próprio capitalismo.

¹⁰ A construção de uma estrada ou equipamento público, com recursos do Estado, não altera a questão, apenas há mais favorecimento de lucro ou renda para o capitalista.

¹¹ Por oportuno, vale notar que essa noção tem oportunizado incompreensões na interpretação de eventuais ganhos dos capitalistas no mercado de imóveis, originados na majoração de preço efetivo do espaço, que tem sido denominado por *mais-valia urbana*. Trata-se, com efeito, de incompreensões, sobretudo, quanto ao conceito de mais-valia, de valor-de-uso e valor-de-troca e, portanto, do que seja geração de excedente pelo trabalho e sua expropriação pelo capital. Pouco adiante, o artigo esclarece que se trata de fato de sobrelucros.

¹² O significado, segundo Arantes (2000), é a elitização de espaços na cidade.

¹³ Os preços de produtos destinados aos *pobres* são elevados em termos relativos à qualidade e durabilidade dos produtos para os ricos.